



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 056/19

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROCESSO Nº 966/19

RELATOR (A): JÓ PEREIRA

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Cabo Bebeto, projeto que tramita com o número 57/2019, a matéria Dispõe sobre a Carga Horária dos Servidores Públicos Civis Estaduais e Militares que Possuem Dependentes Portadores Deficiência Física ou Mental e/ou Transtorno do Espectro Autista - TEA.

O Projeto foi submetido para análise da 2ª Comissão de Constituição Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a essa comissão apenas analisar a legalidade e a constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

A matéria em análise busca reduzir em 50% (cinquenta por cento) a carga horária dos servidores públicos civis ou militares do Estado de Alagoas, que tenham algum parente com deficiência física ou mental.

Em uma análise ao texto da matéria, verifica-se alguns vícios de iniciativa e invasão de competência legislativa do Poder Executivo, quando o legislador busca legislar sobre carga horária de servidor.

É de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo legislar sobre organização administrativa, servidor público, carga horária, remuneração e aposentadoria, fato que torna o presente projeto inconstitucional, com base no artigo 61, § 1º, II, alínea "c".



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Devemos falar da relevância da matéria, que sem duvida é benéfica para uma camada da população, servidores públicos que enfrentam os transtornos de ter um parente com algum tipo de deficiência, e ter que dividir seu tempo com uma carga horária de trabalho não compatível.

Deste modo, vejamos o artigo 86 da Constituição do Estado de Alagoas:

Art. 86 – (...)

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – (...)

II – disponham sobre:

- a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;
- b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;
- c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

Como pode ser visto, o presente Projeto de Lei invade a competência legislativa do Poder Executivo, não preenchendo os requisitos para sua tramitação, não restando duvida da inconstitucionalidade da matéria em análise .

CONCLUSÃO

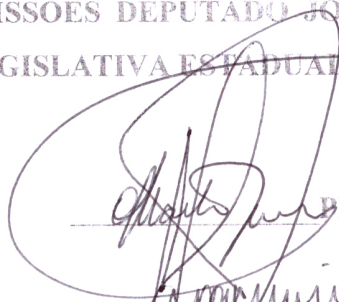
Diante de todos os pontos apresentados neste parecer, restou demonstrado que, o projeto de Lei 57/2019 deve ser rejeitado por inconstitucionalidade.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

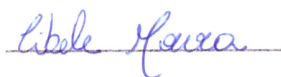
É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 17 de maio de 2019.



PRESIDENTE


RELATOR(A)



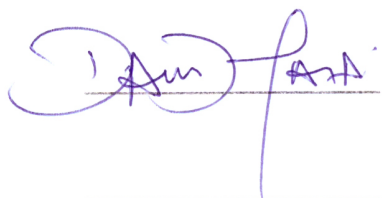
Libele Moura



G. 11/8



E. A. Toledo



Dan Faria